



OJS
OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

REVISTA
ENSINO DE GEOGRAFIA (RECIFE)
Laboratório de Ensino de Geografia e Profissionalização Docente (LEGEPE)
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia>

PKS
PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO NO BRASIL EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA MUNDIAL OCASIONADA PELO VÍRUS COVID-19

Carla Soares de Oliveira¹ - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5523-0805>

Robson Soares Brasileiro² - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7964-4639>

¹ Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, Barreiras, Bahia, Brasil*

² Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, Barreiras, Bahia, Brasil**

Artigo recebido em 13/10/2021 e aceito em 31/07/2022

RESUMO

O presente artigo tem por escopo refletir sobre a educação no contexto da crise sanitária mundial causada pelo novo Coronavírus. Assim, procura-se evidenciar problemas econômicos e sociais, com recorte geográfico focado no Brasil, como, por exemplo, fragilidades dos serviços públicos e desigualdades sociais. Para a avaliação contextual, sobressai ao debate as áreas da Saúde e Educação, uma vez que são serviços públicos sociais que, historicamente, têm enfrentado pouca prioridade de distribuição orçamentária, em que pese sua importância para um contingente da população brasileira. Para tanto, optou-se por fazer uma breve retrospectiva, acerca da área de saúde, considerando que a pandemia representa e revela um problema de saúde pública. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo refletir acerca do impacto da pandemia no ensino no Brasil e mostrar a importância de se ter um sistema de saúde forte e uma área da Educação consistente e condizente com a realidade social brasileira. Assim, fez-se o uso de uma abordagem reflexiva, seguida da pesquisa bibliográfica e consequente revisão da literatura, bem como de uma análise de caráter exploratório dos documentos selecionados. Como resultado, constatou-se os impactos do problema de saúde mundial no ensino, a relação do setor da educação com os demais segmentos da economia, bem como, evidenciou-se problemas já existentes e sobreposições com novos desafios, notadamente com o ensino remoto.

Palavras-chave: Covid-19; Crise Sanitária; Educação; Ensino Remoto; Pandemia.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais - PPGCHS da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, E-mail: calsodeoliveira@hotmail.com

** Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais - PPGCHS e do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, E-mail: robson.brasileiro@ufob.edu.br

REFLECTIONS ON TEACHING IN BRAZIL IN TIMES OF WORLD HEALTH CRISIS OCCASIONED BY THE COVID-19 VIRUS

ABSTRACT

This article aims to reflect on education in the context of the global health crisis caused by the new Coronavirus. Thus, it seeks to highlight economic and social problems, with a geographic focus focused on Brazil, such as, for example, weaknesses in public services and social inequalities. For the contextual evaluation, the areas of Health and Education stand out from the debate, since they are social public services that, historically, have faced little priority in budget distribution, despite their importance for a contingent of the Brazilian population. Therefore, it was decided to make a brief retrospective about the health area, considering that the pandemic represents and reveals a public health problem. In this sense, this research aims to reflect on the impact of the pandemic on education in Brazil and show the importance of having a strong health system and an area of education consistent and consistent with the Brazilian social reality. Thus, a reflexive approach was used, followed by bibliographical research and consequent literature review, as well as an exploratory analysis of the selected documents. As a result, the impacts of the global health problem on education were found, the relationship between the education sector and other segments of the economy, as well as existing problems and overlapping with new challenges, notably with remote education, were evidenced.

Keywords: Covid-19; Health Crisis; Education; Remote Teaching; Pandemic.

REFLEXIONES SOBRE LA ENSEÑANZA EN BRASIL EN TIEMPOS DE CRISIS DE SALUD MUNDIAL CAUSADA POR EL VIRUS COVID-19

RESUMEN

El propósito de este artículo es reflexionar sobre la educación en el contexto de la crisis de salud global provocada por el nuevo Coronavirus. Así, buscamos resaltar problemas económicos y sociales, con un enfoque geográfico centrado en Brasil, como, por ejemplo, las debilidades en los servicios públicos y las desigualdades sociales. Para la evaluación contextual, las áreas de Salud y Educación se destacan del debate, ya que son servicios públicos sociales que, históricamente, han tenido poca prioridad en la distribución presupuestaria, a pesar de su importancia para un contingente de la población brasileña. Para ello, se decidió hacer una breve retrospectiva, sobre el área de salud, considerando que la pandemia representa y revela un problema de salud pública. En este sentido, esta investigación tiene como objetivo reflexionar sobre el impacto de la pandemia en la educación en Brasil y mostrar la importancia de tener un sistema de salud fuerte y un área de Educación consistente y coherente con la realidad social brasileña. Así, se utilizó un enfoque reflexivo, seguido de la investigación bibliográfica y la consiguiente revisión de la literatura, así como un análisis exploratorio de los documentos seleccionados. Como resultado, se encontraron los impactos del problema de salud global en la enseñanza, la relación entre el sector educativo y los otros segmentos de la economía, así como los problemas existentes y superposiciones con nuevos desafíos, en particular con la educación a distancia.

Keywords: Covid-19; Sanitary Crisis; Education; Remote Teaching; Pandemic.

INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre o atual contexto de crise sanitária mundial ocasionada pelo novo Coronavírus, Sars-Cov-2, causador da Covid-19, e seus impactos na sociedade brasileira, é pertinente realizar uma breve retrospectiva de alguns serviços públicos ofertados a população. Nesse sentido, sobressai ao debate as áreas da Saúde e Educação. Ambas sempre foram colocadas em segundo plano, pois com orçamentos bastante reduzidos, independentemente de gestão governamental, tanto a Saúde como a Educação pouca prioridade têm na distribuição de recursos nos orçamentos anuais dos governos: Federais, Estaduais e Municipais. Contraditoriamente à realidade dos recursos destinados a esses setores do serviço público, ambos são responsáveis por atender enormes contingentes da população brasileira, principalmente aqueles advindos de parcelas mais vulneráveis da sociedade. Portanto, soma-se ao contexto pandêmico, décadas de precarização na oferta e qualidade desses serviços, haja vista, o pouco investimento destinado às referidas áreas.

Na atual conjuntura de pandemia são perceptíveis, no caso do Brasil, as fragilidades desses setores, pois a demanda da sociedade brasileira pelos serviços públicos, principalmente nas áreas da Saúde aumentaram de modo considerável. Todavia, como mencionado anteriormente, o baixo orçamento destinado aos setores de Saúde e Educação vem sucateando a oferta desses serviços públicos, há muito tempo. Neste sentido, no contexto da Covid-19, não é novidade a deficiência do sistema de saúde pública, para atender a enorme demanda de pessoas com sintomas do referido vírus Sars-Cov-2. Portanto, a crise sanitária, de certa forma, revelou para a sociedade brasileira, a fragilidade de seu Sistema Público de Saúde e, ao mesmo tempo, proporciona visibilidade e importância do mesmo, principalmente para parcelas da população que não tem acesso a planos privados de saúde.

Cabe destacar ao leitor, porém, que o foco deste trabalho não é debater as fragilidade e/ou vulnerabilidades do Sistema de Saúde Pública no Brasil, mas sim, discutir o Ensino Brasileiro em tempos de Pandemia. Todavia, achou-se pertinente, enquanto mote introdutório, trazer uma breve contextualização da área da saúde, isso no sentido de ilustrar e, ao mesmo tempo, aferir argumentos e justificativas para uma reflexão político-social mais aprofundada da questão ora colocada. Isso porque, como já mencionado anteriormente, os setores da Saúde Pública e Educação no Brasil são áreas constantemente impactadas, seja pelo corte de recursos do Governo Federal ou pelo baixo investimento em infraestrutura e oferta dos

serviços destinados a população. Assim sendo, os autores optaram por trazer uma breve reflexão de caráter introdutório e superficial, a partir da área da saúde, no intuito de proporcionar uma reflexão mais consistente ao leitor.

Na área da Educação, o contexto de precariedade dos serviços públicos ofertados a sociedade não é diferente, talvez o que mude seja a emergência e a necessidade entre um serviço e outro. Mas, para o momento, cabe aqui destacar que, assim como a área da Saúde Pública, a Educação também agoniza há décadas com recursos escassos nos seus orçamentos e, há tempo deixou de ser prioridade em termos de investimentos. Se nesse momento fosse aqui traçada uma comparação entre ambas as áreas, poderíamos dizer que a Educação também é uma condição essencial para saúde pública. Todavia, os entraves no setor da Educação crescem a cada ano, seja pela precariedade dos investimentos e/ou baixa valorização do profissional docente:

O Brasil tem enfrentado diversos problemas educacionais ao longo dos anos, apontados principalmente por baixos salários dos educadores, infraestruturas precárias das escolas, diversos tipos de violências, evasão e reprovação, desvios de repasses de verbas, amplo analfabetismo informal e resultados cada vez mais catastróficos nas avaliações internas e externas (AVELINO; MENDES, 2020, p. 56).

Entretanto, não é esse o tipo de relação e reflexão que se busca para o momento. A análise entre uma área e outra é mais complexa, ou seja, procura-se sair de uma certa “zona de conforto” ou plano cartesiano de análise e passa-se a pensar o debate na perspectiva das redes, isto é, pontos conectados. Em outras palavras, não se busca nesse artigo debater as condições atuais do sistema de saúde brasileiro como dito anteriormente. Porém, objetiva-se discutir o ensino em tempo de pandemia, ou seja, em tempos de problemas na saúde mundial.

Até o presente momento, o leitor deve estar se questionando a respeito da ausência de objetividade dos autores do trabalho. Todavia, as palavras dissertadas anteriormente são necessárias, enquanto reflexões iniciais, no sentido de estabelecer uma linha de raciocínio sequencial para demais relatos, ou seja, falar de ensino no contexto de crise sanitária mundial, que, pelo menos no entender destes autores, nos remete a um debate inicial sobre Educação e Saúde. Nesse caso, qual a relação estabelecida neste trabalho entre essas áreas? Poderíamos aqui responder, de modo bastante enfático e objetivo que ambas ofertam serviços públicos a sociedade brasileira. Entretanto, não é essa a intencionalidade, mas sim, mostrar a importância

de se ter um sistema de saúde forte e uma área da Educação consistente e condizente com a realidade social brasileira.

Assim, procura-se, aqui, traçar uma análise da importância do sistema de educação para os demais segmentos da dinâmica da sociedade, principalmente aqueles interligados aos aspectos econômicos. Todavia, se esclarece ao leitor que destacar a área da saúde inicialmente foi necessária pois, assim como a área da educação, esta não é prioridade dos entes públicos. Porém, como dito anteriormente, não se tem nenhuma intenção de discutir saúde pública, pois as palavras iniciais que remeteram a mesma, mesmo que pareçam uma discussão com viés na área da saúde, foi necessária para contextualizar a importância da área da educação neste momento de fragilidade econômica do país, advinda dos impactos e efeitos do atual contexto de pandemia mundial.

O Setor da Educação e os impactos da Pandemia

Recentemente, após a primeira reação mundial de incentivar o isolamento social, único meio possível, até então, de conter o vírus, tem-se observado uma reabertura gradual de vários setores da economia, mais ou menos depois de seis meses de fechamento total ou parcial, dependendo da prioridade das atividades econômicas. Diante disto, constata-se um debate polêmico para a atual conjuntura, isto é, o retorno das aulas presenciais em escolas públicas e privadas do país. Antes de começar a dissertar sobre essa premissa, gostaríamos de aqui frisar que muitos estabelecimentos de ensino, em várias partes do território brasileiro, estão fechados, ou seja, com suas aulas suspensas, devido a conjuntura de Crise Sanitária Mundial. Talvez, nesse exato momento, a pergunta que não quer calar ao leitor é: qual a relação desses argumentos no contexto do artigo? Portanto, já se adianta que o setor da Educação é fundamental para a retomada de outros segmentos econômicos dentro da sociedade brasileira já que constitui um dos setores da economia, quando remetemos ao ensino privado, por exemplo.

Porém, antes de adentrar em tal discussão, gostaria de destacar que a sociedade brasileira do século XXI, difere bastante em alguns aspectos, se comparada à sociedade do século anterior. Já adiantamos que não se pretende aqui realizar uma retrospectiva do século XX, mas destacar alguns pontos para otimizar o debate posterior.

Ao analisar a formação da família brasileira, até um pouco mais da década de 1980, ou seja, já caminhando para o final do século XX, verifica-se em muitos contextos uma configuração familiar composta com grande quantidade de membros. Portanto, era muito comum uma família com quatro, cinco filhos ou até mais. Com a aproximação do final do século XX e começo do século XXI, essa conjuntura de perfil familiar foi se alterando, isto é, hoje é cada vez mais raro encontrar famílias disposta a terem mais de dois filhos. Nesse sentido, a transição demográfica, somada as grandes conquistas das mulheres brasileiras, em termos de direitos e avanços em algumas políticas públicas sociais e setores de atividades profissionais, têm proporcionado, cada vez mais, a inserção destas no mercado de trabalho.

Diante desse contexto, compreender as transformações ocorridas na sociedade brasileira na transição do século XX ao XXI é de significativa relevância para, mais adiante, o leitor estabelecer as devidas correlações no âmbito da leitura deste artigo. O setor da Educação, por meio da oferta de ensino, terá papel preponderante em todo esse processo, pois, ao mesmo tempo em que se estabelece mudanças na configuração do “padrão” da família brasileira, além de maior inserção da mulher no mercado de trabalho e, sucessivamente, deixando-se para se ter o primeiro filho, após os trinta anos, ou a partir da realização e consolidação da carreira profissional, as mulheres optam por se ter no máximo um ou dois filhos, para que não seja necessária a interrupção da vida profissional, são questões preponderantes para entender a atual conjuntura de “perfil familiar brasileiro”. Ressalta-se aqui que o uso do termo “perfil familiar brasileiro” não deve ser tomado enquanto realidade da sociedade brasileira, haja vista, que existem peculiaridades, singularidade e disparidades, quando esta discussão é pautada na perspectiva econômica e por divisão em classes sociais. Antes de realizar a relação desse contexto com a Educação, gostaríamos aqui de destacar uma breve observação atrelada à questão colocada anteriormente.

É interessante ressaltar que, mudanças e transformações da sociedade brasileira na transição dos séculos, traz consigo perspectivas de mercado, não apenas pela inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, mas a partir da alteração do “padrão da configuração familiar”. Pois, esta configuração demandará alterações no mercado do setor imobiliário, que passa também a seguir as transformações na composição da família brasileira, ou seja, enquanto no século XX predominava no referido setor, a oferta de imóveis de porte grande, com três ou até mesmo quatro quartos, no século XXI, com a opção por se

constituir uma família “menor”, o setor imobiliário passe a ofertar imóveis, de acordo com essas características e perfis. Obviamente que essas questões também estão correlacionadas a outros fatores, como a própria opção por maior número de pessoas terem a vida de solteiro por mais tempo e dentre outros aspectos que não nos cabe aprofundar neste trabalho, pois o destaque ora aferido foi a termos de curiosidades e reflexão.

A partir desse momento, retorna-se a discussão do setor da Educação e sua relação com demais segmentos da economia. A mudança do perfil da família brasileira e as demais alterações na conjuntura da sociedade demandam atualmente da instituição escolar funções, muitas vezes específicas, do grupo familiar. Portanto, a tese de que a área da Educação é fundamental para o pleno desenvolvimento de outros setores econômicos, não se limita ao debate de qualificação técnica e formação cidadã. Assim, procura-se aprofundar a análise e levar em consideração que hoje, a instituição escolar não é apenas o espaço do ensinar e aprender, mas também o *locus* de convívio e sociabilidade, durante boa parte dos dias da semana de muitos filhos de famílias brasileiras, pois, enquanto os pais estão nos seus respectivos trabalhos, esses se encontram no estabelecimento de ensino. Dessa forma, há a possibilidade de desenvolvimento de alguma atividade profissional pelos demais membros da família, notadamente quando é composta por um único responsável.

Diante do exposto, pertinente trazer ao momento, o debate que vem sendo propagado nos meios de comunicação, principalmente após seis meses de pandemia e com a abertura gradual de vários setores econômicos. Uma vez que se tem observado uma certa pressão para reabertura de estabelecimentos escolares públicos ou privados, inclusive, quanto a estas últimas, já há estabelecimentos com retorno presencial progressivo em andamento. Muitas vezes, tais discursos negligenciam as próprias recomendações da ciência e de órgãos de competência para lidar com o quadro epidêmico.

Nesse sentido, não se deve pensar a reabertura das escolas ou retornos as aulas presenciais sem levar em consideração o contexto atual na área da saúde com o qual estamos convivendo diariamente. Pois, retornar as atividades presenciais do setor da Educação nesse momento, talvez seja falar de um aumento de milhares de pessoas circulando nos espaços urbanos. Inicialmente, esse questionamento pode não parecer muito relevante, porém o maior fluxo de pessoas pode colocar em risco todos os procedimentos de biossegurança utilizados, até o presente momento, para controlar a expansão da Covid-19 e, até mesmo, inviabilizar

todos os avanços que se teve, até o momento, em termos de controle da doença no Brasil. Inclusive, com a abertura gradual de alguns setores da economia, a passagem do período eleitoral, festas de fim de ano e reabertura de escolas em alguns estados, já é perceptível o risco de se colocar milhares de pessoas circulando, pois o que parecia se estabilizar tem enfrentado uma nova conjuntura, a que se denomina nova onda da pandemia.

Como o leitor pode observar são várias as implicações de um retorno precipitado ou sem os devidos protocolos de biossegurança. Nesse sentido, são inúmeras as demandas e os problemas ligados ao setor da Educação brasileira nesse momento, ou seja, problemas que já preexistiam e sobreposições com novos desafios em tempo de pandemia:

Dentre estes problemas, o sistema educacional merece destaque, uma vez que, em função dessa pandemia, o direito à educação tem sido abruptamente privado dos estudantes em seus mais diversos níveis de ensino, pois assim como toda a sociedade, a efeito das políticas públicas de saúde adotadas no país, estão em período de distanciamento social, evitando qualquer tipo de aglomeração, como principal medida para reduzir o contágio pelo vírus (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 148).

Todavia, este debate é muito mais polêmico, principalmente, quando se traz a discussão para um ponto de análise mais específico, ou seja, o termo: aulas presenciais não impactam apenas no maior fluxo e/ou circulação de pessoas, mas existe um risco eminente e específico para os profissionais da Educação. Entretanto, essa vulnerabilidade não se limita a esse grupo de pessoas, mas pode ocasionar em um aumento no número de casos de Covid-19, considerando que possíveis crianças contaminadas com o referido vírus e, ao mesmo tempo assintomáticas, podem, por sua vez, colocar a saúde de profissionais da educação em risco, assim como das próprias crianças no ambiente escolar. Essa reflexão é mais abrangente, quando se estabelece a relação escola e residência e será explicada no próximo parágrafo.

Quando se estabelece a relação ambiente escolar, enquanto cotidiano, com a possibilidade de retorno as aulas presenciais e o ambiente familiar, é imprescindível levar em consideração o risco de contaminação de membros da família, haja vista, que neste momento, muitos destes estão desenvolvendo atividades remotas, via *home office*, em suas residências. Soma-se a isto, a composição da estrutura familiar que muitas vezes convive com pessoas idosas.

É importante aqui realizar uma breve interrupção da reflexão, para destacar ao leitor que o número de pessoas idosas na composição familiar brasileira do século XXI, é muito

maior se comparado ao século XX, pois o país passa por um processo de transição demográfica, e, além disso, aumentou-se a expectativa de vida dos idosos. Retomando a reflexão anterior, portanto, como visto, o debate de retorno, as aulas presenciais, requer cautela, pois não se trata apenas de uma volta as atividades presenciais de educação, mas envolve também uma questão de segurança pública e, acima de tudo, o cuidado com a saúde das pessoas envolvidas em todo o processo, isto é, familiares, professores, estudantes, funcionários dos estabelecimentos de ensinos, trabalhadores do transporte escolar, dentre outros segmentos da sociedade civil.

Mas, talvez, a pergunta que não quer calar ao momento seja: porque toda essa pressão de alguns estabelecimentos escolares, seja pública e/ou privados, e setores da sociedade civil pelo retorno às aulas presenciais? Ora, não dá para responder a esta questão sem associá-la a outros contextos. Como dito anteriormente, a escola do século XXI, não é apenas uma das instituições que ensina e prepara as crianças e jovens para exercerem sua cidadania, mas, acima de tudo, é o local onde os pais sabem que seus filhos estarão seguros, durante boa parte do dia-a-dia.

Como visto anteriormente, essa “nova” composição da “estrutura familiar brasileira” do XXI e a participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, além da própria necessidade de aumento de renda familiar, para se proporcionar uma melhoria na qualidade de vida, vem impactando na função incumbida às escolas. Estas passam a desenvolver uma série de atividades no âmbito de seu contexto para manter a presença do seu público por maior tempo, algumas até mesmo ofertando o chamado Ensino Integral.

Nesse sentido, a instituição escolar de certa forma “libera” os familiares para exercerem suas funções profissionais, pois ao saber que seus filhos estão na escola, as famílias têm a disponibilidade de tempo para o mercado de trabalho. Talvez nesse momento, já se tenha argumentos neste texto, para entender o porquê da pressão de setores da sociedade, pelo retorno às aulas presenciais. Na verdade, pode-se entender esse contexto, enquanto uma exigência do próprio mercado, pois ao se constatar a reabertura cada vez maior de seus setores econômicos, algumas funções tendem a ser retomadas de modo presencial.

A partir dessa reflexão, verifica-se a necessidade dessas famílias retornarem as suas atividades profissionais, mas ao mesmo tempo ter que deixar seus filhos em segurança. Nesse

sentido, se não se tem o retorno das aulas presenciais, por sua vez, há a impossibilidade de muitos familiares retomarem as atividades de trabalho de modo presencial. Cabe ressaltar ao leitor que o escrito para o momento, se concretiza enquanto uma reflexão dos autores e não uma premissa absoluta, pois entendemos que as questões ora colocadas não devem limitar o debate, haja vista, que podem e devem envolver outros fatores e análises, porém, são essas as reflexões que cabem ao momento.

Inclusive, os autores trazem aqui, apenas a título de reflexão, outros impactos que a análise anterior tem para o contexto economia e trabalho: muitas famílias, notadamente vulneráveis, acabam aproveitando do tempo livre de crianças e adolescentes e as inserindo no labor precoce, para fins de aumentar a renda familiar. Muitas destas famílias exercem trabalho informal e, com o isolamento social, tiveram a renda diminuída ou totalmente retirada, dependendo de auxílios ofertados pelo Poder Público que, muitas vezes, não alcançam o valor da renda anteriormente aferida, tornando-se imperioso a elas que mais um membro galgue renda para o sustento familiar.

E estas famílias, conforme será abordado em momentos posteriores, sequer estão inseridas no contexto de aulas remotas, por falta de acesso aos meios viáveis para tal desiderato. Vemos mais um problema causado pela retirada abrupta da educação pela pandemia, um problema que envolve os serviços de saúde, por não ser capaz de suprir o contexto criado pela Covid-19 e, principalmente, pela educação, que, reitera-se, não é novidade, passa por um momento delicado na ordem social brasileira. Esse cenário pode se tornar pior, quanto mais se demore conter o vírus e se concretize um plano de vacinação da população. Razão pela qual, o retorno precipitado das aulas presenciais, sem os protocolos de biossegurança, também é passível de reflexão.

É importante ressaltar que estas reflexões não são isoladas, uma vez que compreendem também a preocupação de muitas famílias com o processo de educação de seus filhos, pois são mais ou menos oito meses de aulas suspensas e com atividades educativas remotas em alguns lares. Esse contexto é preocupante e polêmico, pois não é novidade para ninguém as disparidades existentes entre estabelecimentos de ensino públicos e privados. Não se tem a intenção aqui de discutir essas disparidades em termos de qualidade, mas sim, na perspectiva da infraestrutura e dos investimentos direcionados. Pois, é cediço que também existem escolas públicas de referências no país.

Diante do exposto, até o presente momento, cabe aqui destacar que retornar às aulas de modo presencial também é uma necessidade de igualdade social no país, pois a disponibilidade de atividades educativas, feitas remotamente, não abrangem todas as famílias da sociedade brasileira. Em outras palavras, a internet ainda não é acessível a grande parcela da população brasileira, seja no recorte geográfico urbano ou rural, ou seja, no recorte em que ela pode até estar disponível, porém, em muitos casos, não é acessível. A tabela abaixo ilustra essa discussão de forma bastante contundente, quando se analisa o acesso dos brasileiros a serviços de internet no ano de 2018.

Tabela 01 – Domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de utilização da Internet, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre 2018

Grandes Regiões	Domicílios Particulares Permanentes					
	Valores Absolutos (1000 domicílios)			Valores Relativos (%)		
	Total	Existência de utilização da Internet		Total	Existência de utilização da Internet	
		Havia	Não Havia		Havia	Não Havia
Total						
Brasil	71 738	56 747	14 991	100,0	79,1	20,9
Norte	5 309	3 831	1 479	100,0	72,1	27,9
Nordeste	18 669	12 898	5 771	100,0	69,1	30,9
Sudeste	31 306	26 546	4 760	100,0	84,8	15,2
Sul	10 872	8 812	2 060	100,0	81,1	18,9
Centro-Oeste	5 582	4 661	921	100,0	83,5	16,5
Urbana						
Brasil	62 072	51 995	10 077	100,0	83,8	16,2
Norte	4 153	3 448	705	100,0	83,0	17,0
Nordeste	14 073	10 866	3 207	100,0	77,2	22,8
Sudeste	29 361	25 390	3 971	100,0	86,5	13,5
Sul	9 452	7 941	1 511	100,0	84,0	16,0
Centro-Oeste	548	309	239	100,0	56,5	43,5
Rural						
Brasil	9 666	4 752	4 914	100,0	49,2	50,8
Norte	1 156	383	774	100,0	33,1	66,9
Nordeste	4 596	2 032	2 564	100,0	44,2	55,8
Sudeste	1 945	1 156	789	100,0	59,4	40,6
Sul	1 420	871	549	100,0	61,4	38,6
Centro-Oeste	548	309	239	100,0	56,5	43,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2018. (Adaptada pelos autores, 2020).

Com base nos dados fornecidos na tabela acima, pode-se aferir que, ao debater a existência de utilização de internet por grandes regiões brasileiras, é perceptível que as regiões Norte e Nordeste apresentam números elevados no quesito “não havia existência de utilização de internet”. Quando o contexto a ser analisado é o urbano e rural, as disparidades são alarmantes, independentemente de regiões. Portanto, ao debater ensino remoto no Brasil, não se pode negligenciar essas conjunturas, haja vista que as mesmas mostram as disparidades sociais e os riscos reais de exclusão social, pois, muitos são os brasileiros(as) que ainda não têm acesso ou não utilizam o serviço de internet, por inúmeros motivos.

Todavia, o debate efetivado no momento é o Ensino Remoto, o qual milhares de brasileiros não têm acesso, seja pela ausência a ferramenta internet, pelas condições de adquirir equipamentos apropriados, pelo alto custo do serviço, ou outro fator não menos importante, como demonstra a tabela abaixo. Esse contexto se torna mais preocupante, quando se constata que não é apenas uma determinada parcela da população brasileira que vive excluída do acesso à internet, mas muitos estabelecimentos públicos de ensino não estão estruturados para desenvolverem atividade educativas remotamente.

Tabela 02 – Domicílios particulares permanentes em que não havia utilização da Internet, por Grandes Regiões, segundo o motivo de não haver utilização da Internet - 4º trimestre de 2018

Motivo de não haver utilização da Internet	Domicílios particulares permanentes em que não havia utilização da Internet					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 domicílios)						
Total	14 991	1 479	5 771	4 760	2 060	921
Serviço de acesso à Internet era caro	3 805	291	1 874	1 035	399	206
Equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet era caro	704	145	362	142	28	27
Serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio	1 125	372	385	192	102	75
Acesso à Internet era realizado em outro local	347	34	170	88	34	20
Falta de interesse em acessar a Internet	5 196	394	1 576	1 999	894	334
Nenhum morador sabia usar a Internet	3 650	223	1 337	1 258	585	246
Outro motivo	164	20	68	46	18	12
Valores relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviço de acesso à Internet era caro	25,4	19,7	32,5	21,7	19,3	22,4

Equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet era caro	4,7	9,8	6,3	3,0	1,4	3,0
Serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio	7,5	25,1	6,7	4,0	4,9	8,2
Acesso à Internet era realizado em outro local	2,3	2,3	3,0	1,9	1,7	2,2
Falta de interesse em acessar a Internet	34,7	26,6	27,3	42,0	43,4	36,3
Nenhum morador sabia usar a Internet	24,3	15,1	23,2	26,4	28,4	26,8
Outro motivo	1,1	1,4	1,2	1,0	0,9	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. (Adaptada pelos autores, 2020).

Em termos de conjuntura Brasil, os principais fatores de “exclusão” do uso da internet, conforme dados na tabela acima destacada são: alto custo, interesse e não saber acessar. Quando comparada a partir das grandes regiões brasileiras, o motivo da não utilização da internet ocorre por conta do alto custo do serviço, nas regiões Nordeste e Sudeste, além de sobressair a falta de interesse e o fato de a população não saber acessar a ferramenta. Na região Nordeste, ainda se destaca a ausência de equipamentos. Não pretendemos trazer uma discussão exaustiva dos dados relatados acima, mas é importante para o momento ilustrar com bons argumentos estatísticos, a “defasagem” de cobertura e acesso à internet no Brasil, talvez não por ausência de infraestruturas adequadas, mas sim pelo dificultoso acesso a classes sociais, principalmente aquelas mais vulneráveis.

Portanto, quando se optou, no parágrafo anterior, por dialogar com essas questões, a partir do ponto de vista infraestrutura, foi no intuito de dar visibilidade a essa problemática. Pois, enquanto certa parcela da população brasileira, ainda consegue ter acesso ao ensino remoto, milhares de brasileiros são excluídos desse processo. Nesse sentido, o contexto de pandemia ocasionado pela Covid-19, traz enquanto debate, o recorte geográfico brasileiro que releva e dá visibilidade à enorme desigualdade e disparidade social existente no território.

Embora essas desigualdades, do ponto de vista do setor da Educação, não sejam novidades, até mesmo pelo contexto retratado no início desse artigo, o que preocupa é o aumento dessa disparidade. Diante do exposto, a preocupação com o retorno das atividades de ensino de forma presencial é de interesse de toda a sociedade brasileira, principalmente para que não se tenha um aumento das desigualdades e na defasagem do ensino ofertado a sociedade. Mas, cabe destacar que as reflexões ora colocadas são pertinentes, no sentido de se pensar, sim, um retorno às aulas presenciais, mas com segurança e responsabilidades de todos os segmentos da sociedade brasileira.

As implicações da Educação Remota

Diante do exposto, cabe ao momento, traçar outras implicações do processo de ensino em tempos de Covid-19, as quais ocorrem paralelamente. Embora se esteja aqui a falar de retorno às aulas presenciais é pertinente ressaltar que a recíproca, ao contrário, também é verdadeira, isto é, debater o contexto de Ensino Remoto, com o qual muitos professores e estudantes estão tendo de conviver, é necessário para melhor entender o contexto de retorno presencial das atividades educativas.

Uma primeira questão atrelada a esse debate seria: na realidade, o novo Coronavírus, Sars-Cov-2, causador da Covid-19, mostrou aos brasileiros a dimensão da desigualdade social com a qual convivemos cotidianamente. Até então, tinha-se o imaginário social de progresso e diminuição das disparidades econômicas e sociais no país, mas a pandemia trouxe à tona a verdadeira conjuntura que permanecia adormecida e/ou maquiada como bem afirma Couto:

A pandemia da Covid-19 escancarou as desigualdades sociais em toda parte, especialmente no Brasil. Com metade da população vivendo do trabalho informal e morando nas favelas, o fechamento do comércio e o início do isolamento social fizeram com que essas pessoas perdessem sua renda e sustento. Não sem demora, as vulnerabilidades sociais e econômicas de aproximadamente cem milhões de pessoas se tornaram chocantemente visíveis. Em desespero essas pessoas não puderam acatar as orientações do isolamento social (COUTO, *et. al.* 2020, p. 210).

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de retorno às aulas presenciais o quanto antes. Porém, esse planejamento tem de ser feito de modo seguro, com base em protocolos de biosseguranças, que garantam a integridade e a saúde aos professores, estudantes e demais pessoas envolvidas direta e indiretamente em todo esse contexto. Soma-se a isto, a preocupação de convivermos em um país onde os índices de desigualdades sociais são bastante alarmantes, portanto, muitas famílias têm na educação e no ensino, as poucas ferramentas para superarem essas desigualdades sociais.

Nesse sentido, quanto mais tempo levar para retorno às aulas presenciais, mais se acirram essas desigualdades, haja vista que a parcela da população que vive em condições de vulnerabilidade e precariedade social, não tem como educar seus filhos de formar remota. Pois, as desigualdades sociais nesse contexto são permeadas, também, por exclusão digital, como bem destacam os autores a seguir:

As desigualdades sociais também são acompanhadas de exclusão digital. O acesso à Internet continua desigual no país. No Brasil, praticamente metade

da população não tem acesso à Internet ou tem acesso limitado e instável. As desigualdades no acesso e usos da Internet em muitas áreas urbanas periféricas e zonas rurais reforçam as diferenças marcadas por vulnerabilidades sociais. Com tantas limitações para acessar e usar a Internet, estudantes das favelas não conseguem estudar (SABÓIA, 2020). A pesquisa TIC Domicílios apontou que enquanto 92% da classe média está conectada, apenas 48% da população de baixa renda, Classes D e E, têm algum tipo de acesso à Internet, quase sempre via celular (TIC DOMICÍLIOS, 2019). Os desafios para a inclusão digital ainda são imensos no país (COUTO, et. al. 2020, p. 210).

Ao analisar a citação acima, fica evidente o processo excludente do Ensino Remoto, pois se limita a uma minoria. Além disso, os efeitos desse processo não serão constatados de imediato, mas em longo prazo, durante a inserção das crianças, jovens e adultos no âmbito da sociedade, no momento de galgar suas oportunidades, as quais já são bastante reduzidas. Observe-se a tabela abaixo com dados pertinentes sobre a conjuntura destacada na citação anterior:

Tabela 03 - Domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet, por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio e a utilização de microcomputador, tablet, telefone móvel celular e televisão para acessar a Internet - 4º trimestre de 2018

Situação do domicílio e utilização de microcomputador, tablet, telefone móvel celular e televisão para acessar a Internet	Domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet (1 000 domicílios)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	56 747	3 831	12 898	26 546	8 812	4 661
Microcomputador ou tablet						
Utilizavam	28 670	1 243	4 939	15 011	5 134	2 344
Não Utilizavam	28 077	2 588	7 959	11 536	3 678	2 317
Microcomputador						
Utilizavam	27 318	1 174	4 622	14 350	4 939	2 233
Não Utilizavam	25 745	2 327	6 542	11 331	3 341	2 205
Tablet						
Utilizavam	7 576	297	1 283	4 112	1 247	637
Não Utilizavam	49 171	3 534	11 615	22 434	7 565	4 023
Telefone móvel celular						
Utilizavam	56 288	3 815	12 813	26 296	8 724	4 639
Não Utilizavam	459	15	85	250	88	21
Televisão						
Utilizavam	12 805	420	2 222	6 615	2 440	1 108
Não Utilizavam	43 542	3 394	10 571	19 828	6 227	3 521
Urbana	51 995	3 448	10 866	25 390	7 941	4 351
Microcomputador ou tablet						
Utilizavam	27 505	1 184	4 606	14 693	4 778	2 246

Não Utilizavam	24 490	2 264	6 260	10 697	3 163	2 105
Microcomputador						
Utilizavam	26 250	1 121	4 324	14 058	4 600	2 147
Não Utilizavam	25 745	2 327	6 542	11 331	3 341	2 205
Tablet						
Utilizavam	7 345	284	1 220	4 038	1 192	611
Não Utilizavam	44 650	3 163	9 646	21 352	6 749	3 740
Telefone móvel celular						
Utilizavam	51 567	3 434	10 790	25 149	7 862	4 331
Não Utilizavam	428	13	76	241	78	20
Televisão						
Utilizavam	12 805	420	2 222	6 615	2 440	1 108
Não Utilizavam	39 190	3 028	8 644	18 774	5 501	3 243
Rural	4 752	383	2 032	1 156	871	309
Microcomputador ou tablet						
Utilizavam	1 165	59	333	318	356	98
Não Utilizavam	3 587	324	1 699	838	515	211
Microcomputador						
Utilizavam	1 068	53	299	292	339	86
Não Utilizavam	3 684	330	1 733	865	533	224
Tablet						
Utilizavam	232	13	63	74	56	26
Não Utilizavam	4 520	370	1 969	1 082	816	283
Telefone móvel celular						
Utilizavam	4 721	381	2 023	1 147	862	308
Não Utilizavam	31	2	9	9	9	1
Televisão						
Utilizavam	401	16	105	103	145	31
Não Utilizavam	4 351	366	1 927	1 054	726	278

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. (Adaptada pelos autores, 2020).

A tabela acima apresenta dados os quais podem ser comparados com os números das Tabelas 01 e 02, haja vista que a leitura dos números reforça o processo de desigualdade e disparidade social, quando a temática em discussão é o uso e acesso à internet no Brasil. Verifica-se que nas regiões Nordeste e Sudeste, o número de pessoas que não utilizam internet em microcomputador e tablet ainda é bastante alto. Todavia, quando analisado esses parâmetros de acesso por telefone celular, contata-se que os números diminuem de modo significativos em praticamente todas as regiões do país, seja no espaço urbano ou rural, o acesso via aparelho móvel é mais popular e acessível aos brasileiros. Entretanto, o que nos cabe é identificar que a exclusão ou limitação de acesso, não se efetiva apenas pelo fato de ter

acesso à ferramenta internet, mas diversos outros fatores impactam nessa conjuntura, conforme afirmado anteriormente, e os dados apresentados na tabela mostram essa realidade no país.

Todavia, os efeitos perversos dessa conjuntura social, não impactam apenas a categoria estudantes e seus familiares, atinge também, de forma direta, os profissionais da educação e ensino, uma vez que: “A realidade exigiu habilidades antes não obrigatórias, ou seja, mesmo quem não trabalhava com as TDIC precisou passar a fazer uso delas para o processo de aprendizagem, no momento em que se enfrenta a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19)” (CANI et. al. 2020, p. 24). Essa necessidade de adaptação, a um quadro atípico e emergencial, devido ao contexto de crise Sanitária Mundial, de certo modo, escancarou para a sociedade outros dilemas da educação brasileira, ou seja:

Há ainda outros obstáculos graves, especialmente para alunos e professores mais empobrecidos, muitos deles localizados na periferia das grandes cidades ou na zona rural. Faltam computadores, aparelhos de telefonia móvel, *software* e Internet de boa qualidade, recursos imprescindíveis para um EaD que resulte em aprendizagem (DIAS, PINTO, 2020, p. 546).

Nesse momento de isolamento e/ou distanciamento social, no que diz respeito ao debate da Educação e Ensino, verifica-se que muitos desses profissionais estão tendo de se reinventar, ou seja, não basta ser professor, tem de saber interagir virtualmente, até mesmo ser um pouco “youtuber”, isso no sentido de levar o ensino até seu público, de forma mais didática possível, porém, não entre quatro paredes, em um quadro de lousa, cadeiras e carteiras, e no qual, em alguns contextos, existam até ar-condicionado, computador e aparelho Datashow: tudo dependerá da realidade social, onde se encontra inserido o estabelecimento de ensino.

A cultura de interação social no século XXI está muito mais alicerçada no cyber espaço do que no contato presencial. Todavia, esse contexto ainda se encontra distante da realidade da educação brasileira, quando o debate é educação/ensino remoto, haja vista, a ausência de investimentos nas áreas de Educação a Distância, quando nos referimos às instituições públicas de ensino no Brasil. Como dito anteriormente, o cyber espaço traz a digitalização dos territórios e informatização dos espaços, portanto:

O nosso ciberterritório é o das mensagens, produtos, saberes e afetos que deslizam entre os terminais eletrônicos. Tudo é uma questão de transmissão e acesso. De modo prático, imediato, instantâneo e ubíquo passamos a viver e a consumir em redes de aceleração democráticas. Nosso isolamento social passa a ser sinônimo de articulações digitais que moldam nossas existências

risonhas e criativas. Estamos em isolamento social, mas, felizmente, atrelados à velocidade das errâncias e dos nomadismos digitais (COUTO, et. al. 2020, p. 209-210).

Nesse momento, a sala de aula é virtual, porém não deixa de ser uma extensão da residência do professor e dos estudantes, haja vista que esse processo de Educação e Ensino está ocorrendo remotamente. Portanto, a estrutura física do ambiente é a residência do profissional docente, retirando-lhe o direito à privacidade, e a internet é custeada pelo mesmo, da mesma forma que a energia elétrica utilizada nos momentos de aulas virtuais, e os equipamentos utilizados, na maior parte das vezes, são de uso privado do professor. Em outras palavras, a reflexão que estamos aferindo nesse momento é que toda essa conjuntura onera financeiramente a qualidade de vida do profissional docente, o qual já convive com baixos salários no mercado de trabalho.

Quanto ao professor celetista, ao menos é cabível a aplicação das regras do teletrabalho, que foram inseridas com a reforma trabalhista de 2017. Assim, é possível que empregado e empregador acordem entre si, quem irá suportar os custos relacionados ao trabalho remoto, como luz, internet, telefone, entre outros itens. Contudo, isso não significa que o empregador esteja obrigado a pagar as despesas, salvo se houver outras normas coletivas mais benéficas. Nesse sentido, o ordenamento jurídico brasileiro ainda é carente de uma norma que regulamente o tema, quanto ao trabalho de educadores em *home office*.

Assim, o momento pelo qual passa a sociedade atual pugna por um regramento próprio do trabalho remoto, seja aperfeiçoando as previsões já existentes, *home office* e teletrabalho, seja criando novos institutos que se adéquem ao cenário social criado pela Covid-19. Quanto ao professor autônomo, o que dizer? Sem amparo legal, fica adstrito a eventual negociação com o tomador do serviço. E o professor estatutário? Pois bem, vinculado ao Direito Administrativo, cujo princípio da legalidade reina, fica adstrito à lei e, portanto, depende de criação de norma jurídica que estabeleça as regras de ressarcimento de despesas do trabalho remoto. Portanto, em geral, no momento, sem amparo nenhum.

Ganha destaque ainda, outros efeitos que são silenciosos, como doenças de origem psicológica, decorrentes, tanto do medo e ansiedade pelo temor à doença causada pelo novo Coronavírus, quanto pelo novo contexto de trabalho que ocorreu de forma abrupta. Nesse sentido, as alterações de rotina, aliadas com as incertezas de manutenção no emprego, quando

se trata do professor celetista e o autônomo, bem como demais circunstâncias, já referidas no texto, podem ocasionar picos de estresse e, conseqüentemente, esgotamento profissional, ou seja, Síndrome de *Burnout*.

Assim sendo, o esforço de não deixar milhares de crianças, jovens e, até mesmo adultos, sem aulas tem um preço caro no contexto social, que vai desde a preocupação em não se aumentar as desigualdades sociais em um país onde este quadro é secular, mas também estar atento as questões de inserção e exclusão social, pois, como dito anteriormente, não são todas as famílias que conseguem ter acesso ao Ensino Remoto para seus filhos.

Nos parágrafos anteriores foram destacadas as implicações desse processo, a partir do contexto docente, todavia praticamente os mesmos fatores e condicionamentos sobressaem aos estudantes, pois esses também estão tendo de abrir mão de sua privacidade residencial para poder interagir no ambiente virtual em momentos de aulas remotas. Portanto, todo o custo desses momentos é arcado pelas famílias e isso tem impacto direto no orçamento familiar, pois os filhos têm a necessidade de passar mais tempo conectados, diretamente já sobrepõem um aumento na conta de energia elétrica, dentre outros custos destacados no parágrafo anterior, os quais também se estendem ao contexto discente. Muitas famílias, inclusive, dependem do contexto escolar para alimentação dos filhos e a ausência do ensino presencial lhes retira um direito básico social e importante para a vida digna, a alimentação.

Não menos importante, mas extremamente relevante é o contexto a partir do qual se processa essa relação de Educação e Ensino Remoto nas residências dos estudantes. Pois muitos, desse público, não dispõem em suas residências de locais apropriados para os momentos de aulas virtuais, portanto, tem de conviver com a dinâmica cotidiana do lar. Nesse momento, pedimos permissão ao leitor para imaginar esse contexto em uma família com renda familiar de dois a três salários mínimos e cinco membros, todos em período de isolamento social, devido ao quadro de pandemia.

Vários estudantes, principalmente os de Ensino Superior, nesse exato momento, convivem com a realidade descrita anteriormente, ou seja, assistir suas aulas, ao mesmo tempo cuidar de seus filhos e principalmente da educação dos mesmos, realizar suas atividades profissionais e acadêmicas, pois estão trabalhando também remotamente, somam-se a isso, as atividades do lar. Assim, durante os momentos de aulas remotas, pode coexistir

uma sobreposição de várias atividades ocorrendo ao mesmo tempo, haja vista, que essas estão se processando no ambiente residencial.

Esse quadro não é diferente no contexto das crianças e jovens, pois além de ter de conviver nesse momento, com o isolamento e/ou distanciamento social, existe o desafio de ter que “aprender sem conviver” socialmente com o ambiente escolar. Esse talvez seja um dos maiores desafios para este público, uma vez que o ambiente escolar é também o espaço da convivência social e esta relação é fundamental no processo formativo das crianças e dos jovens, considerando que esses momentos, de certa forma, também os preparam para o convívio em sociedade. Nesse sentido, as aulas virtuais parecem não despertar muito a curiosidade e interatividade desse público. Soma-se a isso, a dificuldade de concentração e aprendizagem em todo esse processo.

A referida análise se torna mais complexa, quando verificadas as dificuldades encontradas por professores e estudantes, no que diz respeito à familiaridade com as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs. Muitos profissionais docentes têm grande dificuldade de inserção nesse contexto de ensino remoto, pois não foram preparados e/ou qualificados para tal processo. A necessidade da referida conjuntura não veio com data pré-estabelecida, pelo contrário, foi uma demanda de um cenário atípico na sociedade mundial. Com esse mesmo dilema, convivem vários estudantes, embora muitos destes tenham contato mais próximo com o uso da internet, computador, celulares, porém, talvez, nunca tenham utilizado com a finalidade de assistirem suas aulas remotamente.

Entretanto, cabe aos profissionais da área da Educação acreditarem que outro cenário é possível e que, muitas vezes, os desafios são postos para serem superados. Portanto, busca-se, no dilema de uma educação verdadeiramente inclusiva, a superação dos obstáculos, no sentido de formar cidadãos brasileiros, a partir de um senso crítico com integridade e igualdade de direito para transformação da sociedade:

Se acreditamos que a Educação exerce forte influência nas transformações da sociedade, então, acreditamos que a Educação reforça a capacidade crítica do indivíduo e atesta o grau de desenvolvimento desta mesma sociedade (DIAS; PINTO, 2019). A nosso ver, com inteligência, integridade, competência e planejamento, podemos aprender com essa crise e, futuramente, transformar a sociedade, formar cidadãos conscientes, e melhorar a Educação no Brasil e no mundo (DIAS, PINTO, 2020, p. 552).

Assim sendo, destaca-se ao leitor que os escritos desse artigo são do ponto de vista de reflexões de seus autores, ou seja, não descarta a existência de outros fatores que corroboram para estas análises, assim como, não negligencia a necessidade de dados para aprofundamentos de certos debates. Entretanto, como já destacado em vários momentos da redação deste, as colocações trazidas ao momento são na perspectiva reflexiva, ou seja, análises particularizadas de seus autores por meio de leituras e experiências vivenciadas.

METODOLOGIA

Na elaboração deste artigo, utilizou-se uma abordagem reflexiva, seguida da seleção de materiais disponíveis em biblioteca virtuais, sites de periódicos científicos indexados pela Capes, acesso a Monografias, Dissertações e Teses que estabeleceram correlações direta ou indiretamente com esta pesquisa. Soma-se a isto, a consulta a sites de jornais virtuais e livros em PDF, disponíveis virtualmente, com as devidas autorizações autorais. Feito isso, procedeu-se a revisão da literatura no sentido de depurar as informações consistentes e relevantes ao contexto deste trabalho. Portanto, seguida da referida abordagem, processou-se, também, uma análise de caráter exploratório descritivo dos documentos selecionados para elaboração do texto.

RESULTADOS

Como resultado, constatou-se os impactos do problema de saúde mundial no ensino, a relação do setor da educação com os demais segmentos da economia, bem como, evidenciou-se problemas já existentes e sobreposições com novos desafios, notadamente com o ensino remoto.

Isto porque, o debate a respeito do retorno às aulas presenciais, considerando que uma das implicações da pandemia da Covid-19, impactada ainda mais com as fragilidades do sistema de saúde, foi o fechamento de escolas, tanto do setor público, quanto privado, na verdade representa uma demanda de mercado. Pois, a educação passou de mera necessidade de qualificação pessoal e formação cidadã, transformando-se, também, em espaço, *locus* social, imprescindível para que famílias do século XXI possam desenvolver suas atividades profissionais.

Contudo, as pressões pelo retorno às atividades presenciais devem obedecer aos protocolos de biossegurança, sob pena de se retroagir os efeitos que as medidas de

isolamento/distanciamento já alcançaram, até este momento. Que, inclusive, já vem ocorrendo no pós retorno de parcela do setor da economia, das eleições municipais e das festas de fim de ano. Isso só reforça que o retorno precipitado poderá trazer várias implicações, evidenciando ainda mais problemas existentes e sobreposições com novos desafios.

Nesse sentido, o retorno precipitado poderá representar, tanto a vulnerabilidade da população ao vírus, com colapso do setor de saúde, quanto a manutenção do ensino remoto por mais tempo. Pois, este último, ao mesmo tempo em que se consagrou uma das soluções do isolamento, para garantia da educação, também revelou outras exclusões sociais, contribuindo, assim, com as desigualdades sociais, ainda presentes no território brasileiro.

O ensino remoto, portanto, tornou evidente uma conjuntura antes silenciada, a desigualdade digital. Haja vista que a internet, embora disponível, ainda não é acessível a todos, notadamente à população que se encontra em vulnerabilidade econômico-social. E esta afirmação está apoiada em dados estatísticos do IBGE, conforme PENADC 2018. Ademais, muitos estabelecimentos públicos não estão estruturados para oferecerem a atividade remota a todos.

Portanto, o retorno das aulas presenciais, ao mesmo tempo em que pode representar risco, caso ocorra sem as medidas de biosseguranças adequadas, representa, também, um pedido de socorro social, ante aos efeitos que essa desigualdade pode causar ao futuro da geração atual.

Além da desigualdade, o ensino remoto representou um desafio para os docentes e discentes, tanto pela exigência de se reinventarem, para que o ensino fosse viável e didático, quanto para suas vidas pessoais, pois, retira-lhes a privacidade, quando leva para a residência o ambiente escolar. Ademais, faz emergir outros efeitos que são silenciosos, como doenças psicológicas.

Percebe-se, portanto, que o esforço para que parte da população discente não fique sem aulas tem um preço social caro para a sociedade. Pois, ao mesmo tempo em que há a preocupação em não se aumentar a desigualdade, também, contraditoriamente, há a preocupação em não se aumentar a exclusão social, uma vez que nem todas as famílias conseguem ter acesso ao ensino remoto.

As reflexões, longe de imputar uma premissa absoluta, permitiram, ao menos por ora, analisar mais profundamente uma das consequências da pandemia para a educação: o desafio do ensino remoto. Longe, porque, é cediço, há vários outros, a exemplo do

aumento do trabalho infantil. Deixa-se, portanto, abertas as reflexões para um futuro debate a respeito de demais implicações. Sendo esta mesma a intenção dos autores.

DISCUSSÃO

Pretende-se, a partir da premissa até aqui destacada, lançar um olhar para o futuro, considerando as implicações da crise da Covid-19 para a sociedade atual. Razão pela qual, imprescindível chamar o leitor à reflexão do contexto ora abordado, sem, contudo, extrair uma premissa absoluta. Pois, a reflexão, notadamente quando coletiva, permite o aprofundamento acerca do objeto a ser estudado, bem como permite encontrar outros dados que não são isolados.

Nesse sentido, é possível assegurar que o debate econômico-social brasileiro está superado pela garantia de progresso a que nos é apresentada? Os efeitos da pandemia foram igualitários ou revelou contradições do sistema capitalista? A disponibilidade de internet representa o acesso de todos? Assim sendo, o retorno às aulas presenciais não seriam uma demanda do próprio sistema econômico mundial? Ademais, o ensino remoto representou uma solução à pandemia ou será mais uma implicação desigual desse contexto?

Por outro lado, quais demais implicações à educação seriam possíveis para a abordagem? Quais expectativas e soluções podem ser concebidas para superação dos obstáculos e como garantir o futuro das próximas gerações de educandos e como consectário lógico, para transformação da sociedade?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, os autores apresentaram várias reflexões, mesmo que superficiais, mas, reitera-se, consideradas de suma importância para contextualizar as implicações da Covid-19 no ensino brasileiro. Nesse sentido, a possível falta de objetividade, propositalmente, foi no sentido de não se pautar em uma análise meramente cartesiana ao tema que ora é abordado, incluindo um debate conectado às redes. Assim, seria manter-se na zona conforto, adentrar na área da Educação, sem antes abordar o sistema de saúde, notadamente, quando se analisa implicações da Covid-19, um problema de saúde mundial, no ensino.

Diante desse contexto, iniciou-se a reflexão com a abordagem das fragilidades do sistema de saúde e educacional, já preexistentes, considerando que, historicamente, agonizam

há muito tempo, diante da falta de prioridade nos orçamentos anuais dos governos. Buscou-se ainda, demonstrar a importância dos dois setores para a sociedade, pois ambos são responsáveis por atender enormes contingentes da população. Ademais, uma área é condição para a outra e vice e versa, o que restou evidenciado pela pandemia do Coronavírus. Assim, falar de saúde, quando se pretende abordar o ensino, permitiu uma reflexão-político social mais aprofundada da questão, ora colocada pelos autores.

Nesse sentido, a introdução abordou a contradição do serviço público de saúde e sua importância para a sociedade. Pois, as demandas pelos serviços públicos, principalmente área da saúde, aumentaram no contexto pandêmico. Contudo, não é novidade a deficiência que o mesmo demonstrou para atender uma demanda de pessoas com os sintomas do vírus. Quanto ao serviço de educação, também abordado de forma introdutória, não é diferente a análise, sendo neste momento, talvez, a diferença entre emergência e necessidade entre um e outro, o que não retira a importância de se ter ambos os serviços de forma consistente e condizente com as demandas da sociedade brasileira.

Já no segundo tópico, que foi dedicado ao setor da educação e aos impactos da pandemia, adentrou-se especificamente ao debate polêmico de retorno às aulas presenciais, considerando que a educação é fundamental para a retomada de outros segmentos da economia. Pois, além de ser fundamental para a qualificação pessoal e formação cidadã é compreendida, atualmente, como espaço de convívio social, atendendo à demanda de mercado pelo exercício de atividade econômica e profissional dos membros familiares, que tem a escola como garantia de segurança de seus filhos.

Ato contínuo seguiu-se à abordagem feita pelos autores, no sentido de refletir a respeito de um retorno precipitado, sem que seja observada e garantida a saúde de profissionais, alunos, bem como familiares, notadamente idosos.

Por outro lado, deve-se analisar a contradição do não retorno, pois em algumas escolas estão ocorrendo atividades remotas, enquanto outros alunos estão usurpados da educação. Ora, a internet e demais equipamentos para seu uso, embora estejam disponíveis, não estão acessíveis à população vulnerável e que necessita do serviço público de educação, sem olvidar que este não está preparado para a referida demanda de ensino.

Assim, é evidente que há desigualdade digital nesse contexto e que o retorno às atividades presenciais também merece reflexão. Diante disto, por último, atribuiu-se lugar de destaque às implicações da educação remota na intenção de entender o contexto de retorno

presencial das atividades educativas. O ensino remoto em que pese solução para o momento de isolamento social, evidenciou, porém, questões de desigualdade social, pois a desigualdade digital é algo presente na sociedade brasileira.

Portanto, as reflexões ora colocadas pretenderam apenas demonstrar a importância de se acreditar e buscar por setores de saúde e educação de melhor qualidade e inclusivas, sem, contudo, esgotar demais fundamentos. Sendo a educação, por fim, condição para superação de obstáculos, para garantia de integridade e igualdade de direitos que permitam a transformação da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB pela concessão de Bolsa Mestrado Acadêmico no ano de 2020.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Wagner Feitosa; MENDES, Jessica Guimarães. Realidade da educação brasileira a partir da Covid-19. **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**. Ano II, vol. 2, nº. 5, Boa Vista, 2020. ISSN: 2675-1488, <http://doi.org/10.5281/zenodo.3759679> Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/boca/issue/view/284>>. Acesso em: 21/09/2020.

CANI, Josiane Brunetti; SANDRINI, Elizabete Gerlânia Caron; SOARES, Gilvan Mateus; SCALZER, Kamila. Educação e covid-19: a arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem “prioritariamente” pelas TDIC. **Revista IfesCiência** - Volume 6 - Edição Especial/ Nº 1 / Ano 2020 – p. 23-39 - ISSN 2359-4799, DOI:10.36524/ric.v6i1.713. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/713>>. Acesso em: 21/09/2020.

COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edilece Souza; PORTO CRUZ, Ingrid de Magalhães. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da Covid-19. **Interfaces Científicas**, Aracaju - V. 8 / Nº.3 - p. 200 – 217, 2020. ISSN Digital: 2316-3828, ISSN Impresso: 2316-333X. DOI: <<https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>>. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777>>. Acesso em: 21/09/2020.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. vol.28 nº.108 - Rio de Janeiro, Jul./Sept. 2020. On-line: ISSN 0104-4036. Impressa: SSN 1809-4465 <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362019002801080001>>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300545>. Acesso em: 21/09/2020.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018 (Tabela – 2018, acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal). Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-epobreza/1720-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados>. Acesso em: 25/09/2020.

OLIVEIRA, Hudson do Vale de; SOUZA, Francimeire Sala de. Reflexões educacionais no contexto da Pandemia da Covid 19. In.: SENHORAS, Elói Martins (Orgs.). **COVID-19 e o olhar social**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. Disponível em <<https://www.livroeletronico.net/livros>>. Acesso em: 21/09/2020.